



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Bárbara Andréa Silva Copque

**Uma etnografia visual da maternidade
na Penitenciária Talavera Bruce**

Rio de Janeiro
2010

Bárbara Andréa Silva Copque

Uma etnografia visual da maternidade na Penitenciária Talavera Bruce



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dra. Clarice Ehlers Peixoto

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

C785 Copque, Bárbara Andréa Silva.
Uma etnografia visual da maternidade na
Penitenciária Talavera Bruce / Bárbara Andréa Silva
Copque. – 2010.
225 f.

Orientadora: Clarice Ehlers Peixoto.

Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Antropologia visual – Teses. 2. Prisioneiras –
Aspectos sociais – Teses. 3. Prisões – Brasil – Aspectos
sociais – Teses. 4. Penitenciária Talavera Bruce. I.
Peixoto, Clarice Ehlers. II. Universidade do Estado do Rio
de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.
Título.

CDU 572.9

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde
que citada a fonte.

Assinatura

Data

Bárbara Andréa Silva Copque

Uma etnografia visual da maternidade na Penitenciária Talavera Bruce

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 17 de dezembro de 2010.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Clarice Ehlers Peixoto (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UERJ

Prof. Titular Etienne Ghislain Samain
Instituto de Artes - UNICAMP

Prof^a. Titular Sylvia Caiuby Novaes
Departamento de Antropologia - USP

Prof^a. Dra. Maria Luiza Heilborn
Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof^a. Dra. Clara Maria de Oliveira Araujo
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Rio de Janeiro

2010

DEDICATÓRIA

Motumbá!



À D.^a Dete, à minha mãe, à tia-avó Mercês (cuja história aqui também é contada), às crianças, aos meus filhos e ao Tempo. *Iroko y só! Eeró!*

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é, sem dúvida, resultado de múltiplas influências. Nomeá-las poderia ser uma injustiça. Contudo, gostaria de agradecer àqueles que estiveram mais próximos de sua elaboração.

Às internas do Talavera Bruce e seus filhos, que ao permitirem o encontro, confiaram a mim as suas experiências. Agradeço especialmente as interlocutoras a quem chamo por Donna, Carla, Priscila e Rosi. Com elas, estabeleci mais do que uma relação de pesquisa, um grande carinho e estima;

Às amigas Dacler Simonacci e Regina Moura, pelos primeiros passos e apoios fundamentais para a realização e conclusão da pesquisa

Aos Diretores das unidades visitadas no Complexo Penitenciário de Gericinó, em especial, aos Diretores do Talavera Bruce e ao Dr. Marcos Pinheiro;

À Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro, especialmente ao Centro de Estudos e Pesquisa da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro.

À Professora Bárbara Musumeci Soares e à banca de qualificação pelas observações fundamentais que fizeram no exame;

Aos professores examinadores desta tese, Prof. Titular Etienne Ghislain Samain, Profa. Titular Sylvia Caiuby Novaes, Profa. Dra. Maria Luiza Heilborn, Profa. Dra. Clara Maria de Oliveira Araujo, Prof. Dr. Cesar Augusto de Carvalho e Prof. Dr. João Trajano Sento-Sé;

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, pelas indicações bibliográficas e preciosos comentários. Em especial, à Prof.^a Helena Bomeny, pelo conhecimento de excelência, contribuição decisiva na minha formação. A todos, muito obrigada.

À Andréa, Alice Pantoja e Daniel Rodrigues que sempre me receberam na secretaria do PPCIS-UERJ com muita competência e simpatia;

Não menos importante também foi a convivência com os colegas do PPCIS – UERJ e os colegas membros do INARRA (Grupo de Pesquisa Imagens, Narrativas e Práticas Culturais), com os quais pude dividir as angústias, dúvidas e inseguranças que surgiram no decorrer do curso e da pesquisa. Algumas dessas pessoas se tornaram mais que colegas, companheiras no sentido mais forte da palavra, com as quais aprendi o quanto nos fortalecemos num grupo onde não há competição, mas amizade e “torcida organizada”. Aos meus queridos amigos Gleice Mattos Luz, Andréa Freitas, César Carvalho, Mariana Leal, Sílvia Aguião, Simone Ricco, em especial, à Aline Gama, muito obrigada.

À Márcia Zanelatto, Dani Barros, Ana Paula Alves Ribeiro e Marcus Cherquer pelas palavras generosas e inspiradoras;

À amiga Valéria Ribeiro - pelos malabarismos de última hora na Fiocruz;

Devo registrar a minha gratidão à Luciana Choeri, pela amizade compartilhada ao longo do trajeto;

Ao Jorginho e à Dona Nilsa Choeri, deixo aqui o meu agradecimento: muito obrigada pela generosidade e amizade;

À Luiza Copque, minha mãe, que pertence à venerável ordem das mulheres guerreiras que ousaram tomar a vida nas mãos: não há palavras que bastem para agradecê-la.

A Edmilson Silva "Kawó-kabiyèsilé!!!" e Sheila Magalhães, por toda sua sensibilidade ;

Ao meu irmão Carlos Copque e à minha cunhada Ana Lúcia Ramalho, pelo estímulo, cuidado, carinho e amizade, muito obrigada;

À Meire Copque, minha prima, “de lá de casa”, por toda paciência;

À Ana Paula Conde e Yoko Nishio, amigas e companheiras de muitas horas boas e outras nem tanto, que me acompanharam em todos os momentos – desde pequeninhas – sem cuja ajuda muitos dias não teriam terminado de forma divertida, muito obrigada pelas boas gargalhadas e co(i)nspirações; volto a agradecer a Yoko, que nos momentos mais difíceis de sua vida, dispensou-me algumas horinhas de descuidos e cuidados;

Às praias de Agnès Varda;

À Fabiana Bruno, pelos tempos sentadas nas nuvens e pelos lápis de cor com os quais pinteí ideias e me tornei confiante;

Agradecimento especial ao Prof.^o Etienne Samain, pela confiança, presença, carinho e constante atenção em me manter entusiasmada e segura. Querido Prof.^o Etienne, eis o vestido tricotado por palavras com cores e emoções.

Enfim, um agradecimento muito especial e com muita satisfação, à Prof.^a Clarice Ehlers Peixoto. Agradeço-lhe a eterna paciência, a confiança dispensada e a

orientação, sempre acompanhada de calorosa amizade, e manifesto, ao mesmo tempo, todo o meu afeto e a admiração pela riqueza de seus conhecimentos. “*Courage*”, dizia-me nas horas das lágrimas. Sim, coragem, Clarice ou como bem diz Guimarães Rosa, “o correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem...”

A todos, muito obrigada.

Bárbara A. S. Copque

Para conhecer as coisas há de dar-lhes a volta.

José Saramago

Olhar apenas para uma coisa não nos diz nada. Cada olhar leva a uma inspeção, cada inspeção a uma reflexão, cada reflexão a uma síntese e, então, podemos dizer que, com cada olhar atento, estamos teorizando.

Goethe

RESUMO

COPQUE, Bárbara Andréa Silva. *Uma etnografia visual da maternidade na Penitenciária Talavera Bruce*. 2010. 225 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

A partir de um estudo etnográfico, pretendemos investigar as representações sobre a gravidez e a maternidade em mulheres que são mães durante o cumprimento da pena na Penitenciária Talavera Bruce, no Rio de Janeiro. Estas mães, que convivem com seus filhos durante seis meses, têm os vínculos interrompidos após o período de amamentação. Todavia, os presídios não são designados para propiciar o vínculo familiar, pois, se pensarmos as prisões como instituições cujas práticas ocorrem à margem da lei e, mais do que isso, que geram atributos estigmatizantes aos sentenciados, é evidente que a presença dessas crianças produz um conflito entre o direito das mesmas ao convívio familiar e as funções punitivas das prisões.

Palavras-chave: Fotografia. Antropologia visual. Etnografia. Mulher e criminalidade. Encarceramento feminino. Prisão. Maternidade no cárcere. Crianças. Relações familiares.

ABSTRACT

COPQUE, Bárbara Andréa Silva. *An ethnography visual in the maternity in Talavera Bruce Penitentiary*. 2010. 225 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Starting from an ethnographic study, we intend to investigate the maternity of women who become mothers during their confinement to serve their prison sentences in Talavera Bruce Penitentiary in Rio de Janeiro. These mothers, who live together with their children for only six months, have their intimate and affective links broken up after the breast-feeding period. Nevertheless penitentiaries aren't designated to provide familiar vinculum, as, if we think prisons like an institution where lawless practices happen, and what is more, if these prisons are places where condemned people are looked at with stigmatizing attributes, it's clear that the presence of these children brings about a conflict between their right to familiar relationship and the prison punitive functions.

Key-Words: Photography. Visual anthropology. Ethnography. Woman and criminality. Feminine imprisonment. Prison. Maternity in prison. Children. Familiar relationships.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Ilustração da localização do Complexo de Gericinó.....	39
Figura 2	- Vista aérea do entorno do Complexo de Gericinó e do entorno da Penitenciária Talavera Bruce capturada no <i>GoogleMaps</i>	40
Figura 2b	- Vista aérea do entorno da Penitenciária Talavera Bruce capturada no <i>GoogleMaps</i>	41
Figura 3	- Placa de sinalização pública localizada na entrada da Penitenciária.....	42
Figura 4	- Sandro de 24 anos.....	48
Figura 5	- Paulo, 28.....	48
Figura 5b	- Jesus está no Comando!.....	54
Figura 6	- [...] repara a disciplina. O CV é militarizado. É o mais organizado. [...].	56
Figura 7	- “[...] essas são as internas do Nelson Hungria.” “mas elas circulam por aqui? Pode isso?” “pode! São escoltadas. A diretora está aqui também [...]”.....	56
Figura 8	- “[...] a da direita é a Dra X., diretora do Nelson Hungria e da esquerda é a Y., diretora do “cinco” (Bangu V)”.....	57
Figura 9	- “[...] esse é um convidado. Juiz de Direito. Pastor-Juiz. Juiz-Pastor, sei lá [...]”.....	58
Figura 10	- “[...] esse é o diretor do “CV”. Reparou como ele tomava conta da festa? [...]”.....	59
Figura 11	- “[...] esses dois são os seguranças dele. [...]”.....	60
Figura 12	- “é a diretora do “cinco”. Muito amiga, mulher forte, respeitada [...]”.....	61
Figura 13	- “o pastor que é juiz, não sei qual é o nome.” “Quem são? são os internos. Pastores daqui [...]”.....	62
Figura 14	- Ilustração da portaria da Penitenciária Talavera Bruce.....	64
Figura 15	- Ilustração de um dos quartos da creche.....	66
Figura 16	- Capa do Jornal "Só Isso!".....	109
Figura 17	- Classificados do Jornal "Só Isso!".....	111
Figura 18	- Coluna da Tereza.....	113
Figura 19	- Entrada do pavilhão.....	117
Figura 20	- Auditório do Talavera.....	118
Figura 21	- Díptico das paredes do TB.....	120
Figura 22	- Frases bordadas.....	122
Figura 23	- Díptico "das solicitações".....	123
Figura 24	- "das solicitações com a minha namorada".....	124
Figura 25	- "das solicitações com a minha namorada 2".....	125
Figura 26	- "das solicitações com a minha namorada 3".....	126
Figura 27	- "das solicitações com a minha namorada 4".....	127
Figura 28	- "da interatividade".....	128
Figura 29	- "da interatividade e performance".....	129
Figura 30	- Internas do TB.....	130
Figura 31	- Internas do TB.....	131

Figura 32 -	Díptico "dos afetos e sexualidades". Na imagem à direita, no centro, uma das internas do TB.....	133
Figura 33 -	"dos afetos e sexualidades 2"	134
Figura 34 -	Uma das internas participantes do Festival.....	134
Figura 35 -	Internas participantes do festival.....	136
Figura 36 -	Internas participantes do festival.....	136
Figura 37 -	Díptico das participantes e da platéia do festival.....	137
Figura 38 -	A interna D. se apresentando com sua namorada – também interna - que a inspirou o funk “A gata que abalou o meu coração”	137
Figura 39 -	A interna D. e sua namorada.....	138
Figura 40 -	Díptico do Festival da Mulher Presidiária. Apresentação das internas e platéia.....	138
Figura 41 -	Internas da platéia.....	139
Figura 42 -	A boliviana M. R., cantando “Clamor do Rio”, ficou em primeiro lugar e recebeu uma televisão e um tratamento de clareamento dentário.....	140
Figura 43 -	Díptico da platéia. Sentados, apenas os convidados.....	140
Figura 44 -	Internas do TB.....	142
Figura 45 -	Interna do TB.....	143
Figura 46 -	Seções “Correio Sentimental” e “Recados de Amor”	151
Figura 47 -	Priscila, 26 anos, engravidou no TB.....	159
Figura 48 -	Rosi tem “Eduardo e Eduarda”, nomes do casal de filhos, pontilhados “com agulha”	161
Figura 49 -	E Priscila, no pé, cravou, três estrelas nomeadas. São os seus dois filhos e uma sobrinha.....	161
Figura 50 -	No antebraço “escreveu”: “Mãe eu te amo”	162
Figura 51 -	Uma nova forma de comunicação que se estabeleceu com a fotografia.....	164
Figura 52 -	Priscila e Rosi: "de frente" e "de perfil"	167
Figura 53 -	“veja isso! Olha só!”	169
Figura 54 -	Priscila: "tá bicuda"	171
Figura 55 -	Enquadramento permitido na creche: de costas e com a camisa do SEAP – Secretaria de Administração Penitenciária/RJ.....	193

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Amigos dos Amigos
CV	Comando Vermelho
DEPEN	Departamento Penitenciário
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ONG	Organização não governamental
POLINTER	Polícia Interestadual
SEAP-RJ	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro
TB	Talavera Bruce
TC	Terceiro Comando
UMI	Unidade Materno-Infantil Madre Teresa de Calcutá
VEP	Vara de Execuções Penais

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	16
1	ABORDAGEM METODOLÓGICA OU DA OBSERVAÇÃO À INTERAÇÃO E À CONSTRUÇÃO DO OBJETO.....	19
1.1	A árdua tarefa de construção do objeto de pesquisa.....	19
1.1.1	<u>O objeto, a saber.....</u>	20
1.2	O problema do acesso: o caminho foi dispor de canais não Oficiais.....	28
1.3	Piscadelas.....	38
1.4	Imagens Prisionais.....	45
1.4.1	<u>Dom e contradom audiovisual.....</u>	45
1.4.2	<u>Jesus está no Comando!.....</u>	51
2	EXISTE MULHER CRIMINOSA?! A CRIMINALIDADE NO FEMININO.....	63
2.1	O primeiro dia no Talavera.....	63
2.2	Mulher criminosa.....	69
2.3	Criminalidade e condição feminina.....	75
2.3.1	<u>Entre o crime e o criminoso.....</u>	75
2.3.2	<u>Existe criminalidade feminina?.....</u>	84
2.3.2.1	Teorias criminológicas tradicionais.....	84
2.3.2.2	A discussão no Brasil.....	87
2.3.2.3	Outras perspectivas.....	91
3	TALAVERA BRUCE, O QUE NOS OLHA E O QUE VEMOS.....	100
3.1	Redenção e exorcismo.....	100
3.2	O “confere”.....	107
3.2.1	<u>As performances no Festival da Canção Penitenciária.....</u>	116
3.3	“Você me fotografou?” Uma não imagem.....	144

4	AS SUBJETIVIDADES DA GRAVIDEZ E DA MATERNIDADE NA PENITENCIÁRIA TALAVERA BRUCE.....	149
4.1	Afetos, sexualidades e o “carro do leite”	155
4.2	O corpo feminino é o local de maior opressão.....	171
4.3	Subjetividades da gravidez e da maternidade.....	171
4.3.1	<u>Grávida na Prisão. Aqui não é lugar de engravidar.....</u>	180
4.3.2	<u>Se desligando.....</u>	185
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
	REFERÊNCIAS	199
	ANEXO A - Autorizações.....	218
	ANEXO B - Lei nº. 11.942, de 28 de maio de 2009.....	223
	ANEXO C - Termo de consentimento informado.....	224

INTRODUÇÃO

A escolha do tema originou-se da conjugação de diversos fatores. A ideia surgiu durante a pesquisa realizada para a dissertação “Meninos-fotógrafos: a fotografia como um dado no conhecimento etnográfico”. Nela, o encontro etnográfico foi mediado pela utilização da fotografia que, além de reforçar a interação com os “meninos de rua”, permitiu a intensificação do ato de olhar dos envolvidos e animou seus relatos verbais sobre as identidades e subjetividades relativas ao contexto em que vivem: a rua. O percurso da pesquisa do mestrado me conduziu às vulnerabilidades familiares que envolviam as crianças e adolescentes em situação de risco. As falas recorrentes dos sujeitos estimularam meu interesse pela temática da violência e sua relação com as estruturas familiares, pois, ao aprofundar a análise, elas revelaram que tais relações concorrem fortemente para a intensificação das vulnerabilidades pessoais e sociais dos sujeitos pesquisados.

Ao longo do trabalho de campo desenvolvido com o grupo de meninos tive a oportunidade de estar em contato com o universo feminino infrator, ao acompanhar o Programa Jovens-Mães em Situação de Risco, desenvolvido pela ONG Ex-Cola que foi uma das minhas interlocutoras durante a pesquisa da dissertação de mestrado. Este foi, sem dúvida, um fator importante já que essa experiência suscitou questões sobre a criminalidade feminina e que ficaram guardadas, extraquadro, para serem desvendadas posteriormente, já que uma das jovens mães nascera na Penitenciária Talavera Bruce. E, assim, o fiz.

O presente trabalho¹ visa, a partir de um estudo etnográfico, investigar os sentidos sobre a gravidez e a maternidade em mulheres que são mães durante o cumprimento da pena na Penitenciária Talavera Bruce, no Rio de Janeiro. Estas mães, que convivem com seus filhos durante seis meses, têm os vínculos interrompidos após o período de amamentação. Todavia, os presídios não são designados para propiciar o vínculo familiar, pois, se pensarmos as prisões como instituições cujas práticas ocorrem à margem da lei e, mais do que isso, que geram atributos estigmatizantes aos sentenciados, é evidente que a presença dessas

¹ No título da tese, os parênteses foram retirados a pedido da banca que considerou que a etnografia apresentada foi igualmente uma etnografia visual, dispensando a digressão implícita nos parênteses.

crianças produz um conflito entre o direito das mesmas ao convívio familiar e as funções punitivas das prisões.

Entretanto, na reflexão teórica sobre a população carcerária feminina, constatei que pesquisas antropológicas sobre as implicações do aprisionamento materno em nosso país são quase inexistentes (KANT DE LIMA; MISSE & MIRANDA, 2000), fato que colaborou para a escolha definitiva de estudar esse tema. Desta forma, as questões que já vinha analisando sobre os menores em conflitos com a lei & família permanecem presentes, ainda que os sujeitos investigados sejam as mães e seus filhos que vivem nas prisões cariocas. Contudo, impossível não apontar, de forma preliminar, para o fato de que esta temática estabelece interseções com várias questões sócio-antropológicas - gênero, encarceramento feminino, institucionalização, relações familiares, maternidade, direito da criança -, e permite diálogos teórico-metodológicos, dos quais privilegio a etnografia e a antropologia visual.

Analisar a gravidez e o nascimento de crianças em presídios supõe abordar questões diversas que incluem tanto a idade na qual a separação mãe-filho ocorre quanto o vínculo maternal, o cenário do encarceramento, a familiaridade da criança com o novo local de moradia (abrigos ou tutores), a força da relação familiar, a natureza do crime cometido pela mãe, a sentença a ser cumprida, a assistência institucional e o grau do estigma que a comunidade associa ao encarceramento. Difícil dar conta de todas elas. Desse modo, para analisar os significados da maternidade e as implicações do aprisionamento de mulheres optei por estabelecer um diálogo entre os meus interlocutores teóricos e as informações empíricas por meio de uma descrição etnográfica, que espero densa tal como sugerida por Clifford Geertz, ou como ousou propor um *escrever em relação*.

Nesse processo de constituição de um objeto de pesquisa, que tem como produto final o texto escrito (tese) e o texto visual (imagens fotográficas), a imagem fotográfica torna-se uma importante linguagem explorada como interlocutora nessa interação (COPQUE, 2003), atuando como mais um recurso metodológico a ser explorado no processo de construção de conhecimento e na busca de sentidos e significados. É nesse encontro que a presente pesquisa se situa.

No primeiro capítulo desta tese apresento as experiências do acesso ao campo – minhas inseguranças e os problemas enfrentados para realizar uma

pesquisa num ambiente prisional – além das minhas dificuldades iniciais com relação ao recorte do meu objeto. Nesta parte defino o modo pelo qual procuro tratar os sujeitos da minha pesquisa que, por estarem situados em um contexto complexo e permeado por inúmeras e intensas relações advindas da privação de liberdade, acabam modelando as experiências de forma imprevista. Nele também, destaco a importância da utilização da fotografia na ampliação da reflexão sobre o universo prisional.

O capítulo dois abriga um dos eixos centrais sobre o qual a criminalidade no feminino é aqui analisada. A pergunta “existe criminalidade feminina?” é, diria, o fio condutor. O debate procura dar visibilidade às reflexões sobre os diversos sentidos teóricos dos conceitos de crime e desvio para compreender a criminalidade no feminino. Num plano geral, percorro as várias perspectivas do campo jurídico que, ao longo de sua história, produziu a “Escola Clássica de Direito Penal”, a “Escola Positiva do Direito Penal”, a “Escola Neoclássica” e a “Criminologia Crítica”. Evidentemente que procuro focalizar algumas discussões no âmbito das Ciências Sociais, principalmente, os estudos de Emile Durkheim e Robert K. Merton no que concerne à noção de crime. Outros autores são abordados.

No terceiro capítulo busco compreender, baseada nas imagens fotográficas produzidas durante o campo, os pormenores das tensões que disciplinam o corpo feminino no espaço prisional. É nesse segmento do trabalho que questões sobre a criação da penitenciária Talavera Bruce, sobre sexualidades, sobre as *performances* das internas diante da máquina fotográfica e a utilização das fotografias em campo são apreendidas. Uma atenção a maneira como as práticas (sutis) de poder são acionadas.

O quarto e último capítulo analisa as implicações do aprisionamento de mulheres, dos direitos sexuais e a incompatibilidade entre as duas condições – ser mãe e estar presa, bem como as suas relações com as práticas institucionais. Para tanto, examino, juntamente com a fotografia, as subjetivações sobre a maternidade e a gravidez. Nele, também, me exponho fotograficamente.

Nesta pesquisa, não tenho por objetivo abranger todas as dimensões que este tema contempla, mas acredito que ela possa contribuir para aprofundar e ampliar as reflexões sobre o encarceramento feminino e a população infantil que nasce e ou permanece no interior do ambiente carcerário: os filhos do cárcere.

1. ABORDAGEM METODOLÓGICA OU DA OBSERVAÇÃO À INTERAÇÃO E À CONSTRUÇÃO DO OBJETO

1.1. A árdua tarefa de construção do objeto de pesquisa

Um dos momentos fundamentais das Ciências Sociais é justamente aquele em que nosso mundo começa a nos causar estranhezas. De repente, se abrem espaços para reflexões que colocam em suspensão aquilo que parecia sedimentado. No ofício do antropólogo, este é um movimento irreversível, principalmente, quando se estuda a própria cultura. A partir daí, não se perde mais a perspectiva da relativização, da observação apurada e da crítica cotidiana. Roberto Cardoso de Oliveira (2000), ao discorrer sobre o trabalho do antropólogo, destaca a relativização e a observação participante como as “ideias-valor” que marcam o fazer antropológico. Para ele, a observação participante merece um “status elevado na hierarquia das ideias-valor”, por ser a responsável pela caracterização do trabalho de campo antropológico. Diz o autor:

os atos de olhar e de ouvir são, a rigor, funções de um gênero de observação muito peculiar – isto é, peculiar à antropologia -, por meio da qual o pesquisador busca interpretar – ou compreender – a sociedade e a cultura do outro “de dentro”, em sua verdadeira interioridade. (OLIVEIRA, 2000, p. 33-34)

Pensando a prática etnográfica como uma relação norteada pelo diálogo – “para descobrir é preciso relacionar-se” (DAMATTA, 1978, p. 32) –, podemos afirmar que a pesquisa antropológica acontece a partir da elaboração de estratégias e condições que permitam ao pesquisador relacionar-se com o *outro*. Essa experiência é fundamental à Antropologia. Dessa forma, cabe ao pesquisador saber lidar, no seu ofício, com a relação entre a experiência e a ação, inerentes à observação participante, de um lado, e à análise científica do outro. Assim, o empreendimento etnográfico visa representar os processos vivenciados no campo. É justamente neste registro, que está para além da “tradução”, que esta pesquisa se situou.

Pretendi, centrando-me na possibilidade de ampliar os significados e, também, estabelecer um diálogo não só entre o pesquisador e seus interlocutores, mas igualmente entre o pesquisador e seus possíveis leitores, conceber a descrição etnográfica como um *escrever em relação*. Por isso, nesse processo de constituição de um objeto de pesquisa, que tem como produto final o texto escrito (tese) e texto visual (imagens fotográficas), a imagem fotográfica torna-se uma importante linguagem explorada como interlocutora nessa interação (COPQUE, 2003), atuando como mais um recurso metodológico a ser explorado no processo de construção de conhecimento e na busca de sentidos e significados.

1.1.1. O objeto, a saber

Desde o início da pesquisa uma das maiores dificuldades com a qual me deparei foi a delimitação do tema. Por mais que já tivesse estruturado o projeto a partir de um recorte – o nascimento das crianças em presídios – era sempre tentada a incorporar outras discussões que considerava necessárias para uma melhor compreensão. Discussões sobre questões legais acerca da guarda dos filhos, vulnerabilidades sociais, envolvimento de mulheres no tráfico de drogas, questões históricas sobre o surgimento das creches e do encarceramento, sistema prisional brasileiro, criminologia feminista; estas discussões, não obstante sua importância, desfocavam um pouco o meu olhar e se apresentavam de maneira um pouco superficial para explicar o que buscava entender: o grupo e sua interface com a maternidade e suas relações institucionais.

Inicialmente, quando me perguntavam sobre qual seria o tema da pesquisa, respondia: a maternidade no cárcere – um estudo sobre crianças que nascem na prisão e são separadas das suas mães. Entretanto, percebia a dúvida dos interlocutores e as minhas inseguranças quanto ao recorte. Não o tinha ainda bem

claro. Sabia o que me interessava, tinha claro o local da pesquisa de campo e os pressupostos teórico-metodológicos, contudo, tinha dificuldades até para a escolha do título. Depois de algumas discussões, finalmente decidi o foco deste trabalho: seria o nascimento de crianças no contexto carcerário e as representações sociais das mães-detentas que deram a luz no presídio. Por representações sociais entendo a maneira pela qual as pessoas percebem-se a si mesmas e percebem o mundo que as rodeia, ou para utilizar uma idéia de Émile Durkheim: “as representações sociais traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam” (DURKHEIM, 1999, p. 79).

Outro aspecto que dificultou a delimitação do tema diz respeito ao fato de que em Ciência Sociais, como nas demais Ciências Humanas, por mais que nos dediquemos à construção do objeto antes da pesquisa de campo só conseguiremos respostas parciais, pois a realidade investigada é sempre mais rica do que as respostas formuladas antecipadamente sobre as perguntas. E, caso nos prontifiquemos a mudar o olhar para o *mesmo* objeto, outras respostas sempre virão. Desta forma, fazer pesquisa antropológica significa, por vezes, lançar luz sobre um ponto, evidenciar um aspecto entre vários possíveis de serem abordados. Talvez venha daí a dificuldade em delimitar precisamente o tema. Essa multiplicidade de possibilidades gera, não apenas respostas, como também indagações acerca de um mesmo tema.

Ainda há um outro fator: nós não apenas construímos o objeto como também somos, por que não dizer, (re)construídos por ele ao longo do trabalho de pesquisa. A maneira pela qual construímos nosso objeto está ela própria carregada de subjetividades. Em relatório sobre o sistema carcerário brasileiro, o Ministro-relator Walter Alencar Rodrigues, do Tribunal de Contas da União, afirmou, em 2002, que uma das mais avassaladoras formas de exclusão social, que persiste no Brasil, é o sistema penitenciário feminino. De acordo com este relatório, é preciso reconhecer a existência de um contingente de pequenos cidadãos concebidos dentro dos presídios e que perdem os laços familiares ou têm famílias desestruturadas. Desta forma, Rodrigues adverte:

para que essas crianças não estejam no futuro *engrossando os números da criminalidade no Brasil*, causando mais prejuízos à sociedade, *deve-se investir no aprimoramento intelectual e na autoestima, a fim de tornar possível inseri-los na sociedade*, propiciando que se tornem parecidos com os que tiveram uma vida familiar estruturada ou tiveram a capacidade de não ser um mero produto do seu meio social (BRASIL, 2002a, grifo nosso)

A preocupação descrita pelo ministro-relator é corroborada por B. Soares:

[...] foram constatados na pesquisa mais de um caso em que jovens entrevistadas declararam ter nascido no Talavera Bruce, quando suas mães e/ ou seus pais encontravam-se presas(os). Abandonadas pelos familiares em creches, internatos ou na rua, viveram de pequenas infrações até cometerem crimes mais graves, que as levaram à prisão tão logo completaram a maioridade. (SOARES, 2002, p.27)

e por Slavin (2000) : “De acordo com a Liga Americana de Bem-Estar Infantil, as crianças que têm pais na prisão correm um risco alto de apresentarem baixo rendimento e evasão escolar, envolvimento com gangues, gravidez precoce e abuso de drogas”.²

Estudos com adolescentes e jovens envolvidos em infrações e violências mostram que eles comumente provêm de famílias com problemas de violência familiar. Pesquisadores como Simone Assis (2002 [1999]), Sarah Escorel (1999), Alba Zaluar (1997) e Otávio Cruz Neto (2001) assinalam a importância da análise dos relacionamentos familiares, considerados fundamentais para compreensão da delinquência juvenil, como chama atenção Assis (1999) no seu estudo *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não-infratores*. Segundo a autora,

alguns infratores vêm de família cuja maior parte (nuclear e estendida) é também infratora. Estes jovens seguem um caminho já trilhado e aprendido, ou talvez o único possível no seu modo de ver, diante das condições de vida e da cultura familiar oferecidas. [...] Todos os relatos até aqui - como as condições de pobreza, a precária formação profissional, a ausência da figura paterna, os conflitos, os conflitos interpessoais dos membros familiares e a ausência de diálogo e orientação (muitas vezes gerados pela necessidade de lutar para garantir a sobrevivência) – mostram que as famílias dos jovens entrevistados são, em geral, vulneráveis e se defrontam com dificuldades das mais diversas ordens. [...] Estes fatos nos permitem crer que as condições familiares certamente facilitaram a entrada desses jovens no universo infracional. (ASSIS, 1999, p. 62-63)

² Texto em inglês: “According to the Child Welfare League of America, children who have parents in prison are at increased risk for poor school performance, dropping out, gang involvement, early pregnancy and drug abuse”.

Este fenômeno também foi verificado em relação à infração feminina:

[...] entre as adolescentes chamou atenção o envolvimento das mães, algumas delas afastadas das filhas durante longo tempo, por estarem presas. A ausência dessa figura materna dificultou ainda mais a criação das jovens entrevistadas. (ASSIS, 1999, p.261)

Em setembro de 2001, o Ministério da Justiça promoveu um seminário sobre o tema "A Mulher no Sistema Carcerário" (BRASIL, 2003). O objetivo primordial desse encontro era estimular a discussão sobre a realidade da mulher presidiária³, suas condições de encarceramento, as violências sofridas, o acentuado perfil de exclusão social e a emergência de atendimento aos seus direitos. Entre as conclusões, destacaram-se: a imediata implantação da visita íntima nos presídios femininos, a necessidade de uma política pública de execução penal voltada às especificidades da mulher, com especial atenção à preservação das relações familiares, priorizando ao máximo os interesses e direitos da criança e do adolescente.

No Brasil, a Constituição Federal⁴ dispõe que às presidiárias está assegurado o direito de permanecerem com o filho, no sistema penitenciário, durante o período de amamentação - seja a criança concebida antes ou durante o cumprimento da pena. E para implementar essa norma, a Lei de Execuções Penais⁵ declara que cada presídio feminino deve ser equipado de creches e berçários onde as mães possam amamentar seus filhos. Contudo, os presídios não foram concebidos para propiciar o vínculo familiar e, dessa forma, poucas são as prisões femininas que dispõem de uma ala para o alojamento conjunto de mães e filhos. Rosângela Santa Rita (2005; 2007) em seu estudo sobre a creche no sistema penitenciário salienta que no Brasil 59,9% das unidades prisionais femininas estudadas não dispõem de

³ Lemgruber (1999) destaca que as concepções teóricas sobre o encarceramento feminino concentravam-se nas explicações das diferenças nas taxas de criminalidade feminina e masculina. E Bárbara Soares (2002) salienta que a população prisional feminina não tem merecido uma atenção particular dos formuladores de políticas públicas, nem esforços efetivos para compreender as motivações e as circunstâncias em que ocorrem os crimes praticados por mulher e tampouco existem iniciativas de prevenção da criminalidade feminina nem políticas penitenciárias específicas.

⁴ Ver Constituição da República Federativa do Brasil, art. 5, inciso L.

⁵ Ver LEP, art. 83, inciso 2.

estrutura física adequada ao atendimento às crianças, que somente 21,6% indicam a existência de berçário e 18,9% dessas informaram que as crianças ficam em creche. De acordo com a pesquisadora, isso significa que na “maioria dos casos a criança fica na cela coletiva junto à mãe durante o cumprimento da pena”.

Segundo Julita Lemgruber (1999), para as detentas do Talavera Bruce, a privação da liberdade implica no rompimento do contato permanente com a família e na impossibilidade do relacionamento diário com seus filhos, e isto se configura, para a autora, como uma das mais duras penas que lhes são impostas. Em muitos estabelecimentos prisionais tais vínculos são interrompidos porque os bebês só podem ficar com suas mães durante a semana seguinte ao nascimento. Contudo, há presídios que têm regras mais flexíveis para as “mães apenadas”, permitindo que fiquem com seus filhos durante vários anos, como é o caso da Penitenciária Feminina Madre Pelletier de Porto Alegre, que acolhe crianças de até cinco anos de idade. No Rio de Janeiro, a Penitenciária Talavera Bruce⁶ – a única do Estado que cumpre a LEP - abriga mães e filhos numa creche superlotada e deficitária⁷. Em Goiânia, o presídio feminino tem capacidade para 25 bebês, mas abriga 53. A situação se repete no Rio Grande do Norte, Acre, Amazônia, Espírito Santo e outros estados brasileiros. Desta forma, viver em celas superlotadas parece ser o destino certo das crianças nascidas em presídios.

Ao estudar a situação das mulheres encarceradas na penitenciária Talavera Bruce, Bárbara Soares e Lara Ilgenfritz (2002) descrevem a visita que fizeram à creche:

O momento de maior emoção de todo esse período foi a visita à creche, muito embora tenha sido uma experiência chocante: as crianças possuíam olhares tristes, fisionomias desbotadas, sorrisos tímidos e atitudes um tanto selvagens de quem não está acostumado a ver gente estranha. Ficavam confinadas em seus quartos, ou brincavam nos corredores e num pequeno pátio. As crianças de até seis anos

⁶ No Talavera Bruce, Soares (idem) salienta que do conjunto de mulheres encarceradas 83,6 % têm ou tiveram pelo menos um filho. Seus estudos, baseados nos relatos das mulheres encarceradas, concluem que a prisão, "tanto pela privação da liberdade, quanto pelos abusos que ocorrem em seu interior, parece ser apenas mais um elo na cadeia de múltiplas violências que conformam a trajetória de uma parte da população feminina", cumprindo, assim, o seu papel de instituição total (GOFFMAN, 2001) e reforçando a consolidação da violência como "linguagem predominante na vida das presas e daqueles que as cercam".

⁷ A creche Madre Teresa de Calcutá da Penitenciária Talavera Bruce não dispõe de berços, área recreativa e atendimentos especializados (psico-pedagógicos – não há educação pré-escolar). Disponibilizando 19 vagas, no momento da minha visita, abrigava 29 crianças distribuídas em três quartos coletivos, onde algumas mães e bebês dormiam em camas improvisadas. Por conta da superlotação, a separação mãe-filho ocorre aos seis meses de idade.

inclusive os recém-nascidos – em sua grande maioria, negras ou pardas - habitavam em quartos coletivos e eram cuidadas por algumas internas com filhos na creche. Porém, nem todas as que tinham filhos na creche podiam morar lá, pois as instalações só comportavam um número limitado de mães. [...] (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p.26-28)

Se considerarmos as prisões como instituições nas quais algumas práticas ocorrem à margem da lei e, mais do que isso, que geram atributos estigmatizantes aos sentenciados como assinalaram vários autores - SOARES 2002; GOFFMAN 2001; LEMGRUBER 1999 e COELHO 1987⁸ -, podemos supor que existe um conflito entre o direito das crianças ao convívio familiar e as regras e as funções punitivas das prisões. No Brasil, quando uma mãe é presa, existem três possibilidades para a guarda de seus filhos pequenos (0 a 6 anos): em abrigo ou instituição pública; com família substituta, que pode ser a própria família da criança (linhagem materna e paterna) ou com famílias desconhecidas; e no berçário e/ou creche do presídio. A guarda das crianças em presídio é a mais polêmica e problematizada, talvez em decorrência do ambiente prisional e pelo fato das relações estabelecidas em seu interior não serem as mais adequadas para a relação mãe-bebê, como descreve B. Soares:

As agentes relataram que a maioria das mães presas deseja que suas crianças sejam retiradas da creche nos primeiros anos de vida, isto é, antes de começarem a perceber que vivem em uma prisão”. E prossegue: “[...] as presas que se tornam mães enquanto cumprem pena sofrem muito mais do que as outras, pois sentem-se culpadas pelo fato de terem colocado uma criatura inocente na prisão. São mais tristes e deprimidas que as demais, e essa tristeza reflete-se em seus filhos, que tornam-se amargos desde tenra idade (SOARES, 2002, p. 26-27).

A literatura internacional relata diversas experiências de creches em presídios femininos e apresenta argumentos favoráveis e contrários à permanência de crianças em seu interior⁹. Em países como Estados Unidos, Austrália, França e

⁸ Referindo-se à violência das Instituições policiais e penitenciárias, Soares (2002) afirma que “a prática de torturas, agressões e ameaças contra as presas (e certamente também contra os presos) não constitui um desvio eventual e esporádico da ação policial, como sustentam, muitas vezes, os governantes e os comandantes das corporações. Trata-se, antes, de um procedimento padrão e, de certa forma, de uma política institucionalizada [...]. As condições no sistema prisional, evidentemente, estão longe de ser ideais. Ali também a violência faz parte do cotidiano das presas [...]” (p.115-117); Goffman (2001) destaca como as instituições prisionais impõem a “mortificação do eu” em seus internos. Assim, as prisioneiras são obrigadas a aceitar papéis com os quais não se identificam na tentativa de conviver com as “regras” na instituição.

⁹ Ver: GABEL, S. Les problèmes de comportement des enfants dont les parents sont incarcérés. *Forum*, 7 (2), 1995, p37-39.; JOHNSON E.-I., and WALDFOGEL J. (2002). *Children of incarcerated parents: Cumulative risk and children's living arrangements*. Columbia University School of Social Work. July 17, 2002. Disponível na

Alemanha, a maioria das experiências de guarda de crianças em presídios é desenvolvida durante o período de amamentação, pois várias instituições defendem a permanência da criança com a mãe nos primeiros meses de vida, por considerarem mais saudável para o relacionamento mãe-bebê, reforçando laços e contribuindo para a posterior reinserção social da presa (FARREL, 1994). Entretanto, Sarradet (1992), que estudou crianças que vivem em presídios na França¹⁰, afirma que a princípio e juridicamente, tais crianças não são privadas de sua liberdade; no entanto, no cotidiano, a criança vivencia um mundo de vigilância, ou seja, ela passa a ser encarcerada como sua mãe, apresentando um problema de cunho jurídico e psico-social.

Não restam dúvidas de que o aprisionamento das mães não é o único fator explicativo da separação de mães e filhos - há também as vulnerabilidades familiares -, mas certamente ele acentua essa problemática. Existe, assim, nos bastidores da criminalidade e do encarceramento materno uma população infantil esquecida e desconsiderada por várias instâncias do poder público e de segmentos da sociedade. Todavia, meu objetivo é compreender as “singularidades” e/ou os “casos particulares” (mas não necessariamente exemplares) e me pareceu apropriado trazer para o evento da maternidade a perspectiva dos estudos feministas – as discussões sobre gênero, criminalidade e criminologia –, visto que a pesquisa tem como foco as representações da maternidade no contexto da reprodução em um espaço prisional. Desse modo, as detentas do Talavera Bruce, e seus filhos nascidos no cárcere, me pareceram um caso exemplar para análise.

...

No estado do Rio de Janeiro há três unidades penais exclusivas para mulheres (localizadas no Complexo Penitenciário de Gericinó, ex- Bangu) que são: a penitenciária Joaquim Ferreira Souza (Bangu 8), o presídio Nelson Hungria (Bangu 7) e a penitenciária Talavera Bruce. O Talavera Bruce se destaca por ser a primeira

World Wide Web: http://www.jcpr.org/wp/wpdownload.cfm?pdfink=wpfiles/johnson_waldfogel.pdf e; SEYMOUR, Cynthia (1998). "Children with Parents in Prison: Child Welfare Policy, Program, and Practice Issues," *Child Welfare*, September and October. 1998, Vol. 77, Issue 5, 469. On-line. Disponível na World Wide Web: <http://www.cwla.org/programs/incarcerated/so98journalintro.htm>

¹⁰ Onde a criança pode ficar junto com sua mãe até completar dezoito meses.

unidade construída no “complexo”, embora fisicamente não faça parte do mesmo¹¹, e a única unidade prisional do estado a dispor de uma creche, onde as internas podem permanecer com os seus filhos até os seis meses de idade¹². Essa característica estrutural foi um dado que orientou a escolha dessa unidade como o cenário da pesquisa, já que um dos recortes da pesquisa trata dos sentidos da maternidade.

Como objetivava captar as representações sociais do grupo, utilizei entrevistas semi-estruturadas, baseadas em um roteiro contendo questões fundamentais para a construção do perfil de cada entrevistada. Cabe ressaltar que não perguntava o nome das internas para garantir o seu anonimato; informava também que a pesquisa estava vinculada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e que não tinha nenhuma ligação com o SEAP¹³, nem com quaisquer outras instituições penitenciárias. As questões eram abertas e basicamente as mesmas para todas. Uma vez que pretendia descobrir suas especificidades, algumas entrevistas foram gravadas, outras apenas anotadas em função tanto da solicitação das entrevistadas quanto da sua recusa em responder. O que parecia mais significativo anotava na hora; o restante anotava detalhadamente no meu caderno de campo.

Não houve um processo de seleção das entrevistadas propriamente dito, pois a circulação e o acesso eram mediados pelos agentes penitenciários, que buscavam entre as internas somente as gestantes. Como fui vários dias à penitenciária procurei não interferir muito na rotina do estabelecimento, adequando-me à agenda da direção e à disponibilidade de tempo dos agentes selecionados para me acompanhar. De certa forma isso foi positivo porque enquanto esperava pelos momentos apropriados para as entrevistas pude observar, escutar e mesmo desenhar, lembrando que a antropologia se faz pelos sentidos. Cabe ressaltar que o distanciamento da reflexão macrossociológica, dos dados estatísticos, deve-se à prioridade dada à descrição etnográfica. A análise se apoia em informações obtidas por meio de entrevistas, anotações gráficas, imagens fotográficas, entre outros.

¹¹ Ver figura 2b na página 44.

¹² Idade permitida até a montagem do banco de dados, compreendido entre os anos de 2005 e 2007.

¹³ Foi importante me apresentar como alguém que não tinha relação com o sistema penitenciário. No capítulo seguinte trato dessa implicação em uma “visita guiada” pelo Diretor.

Algumas questões guiaram a elaboração dessas informações, e cada um desses suportes – texto escrito, texto visual – teve um papel fundamental para a compreensão do problema social investigado:

1. Como vivem as mães encarceradas e seus filhos diante da especificidade do ambiente prisional?
2. De que maneira as mães estabelecem relações com seus filhos na rotina carcerária?
3. Como se relacionam as crianças que vivem nas instituições penais com suas famílias paterna e materna, fora da prisão?
4. Quais são os tipos mais frequentes de guarda fora do espaço carcerário, e suas implicações na relação mãe-filho?
5. Como se dá o relacionamento das mães encarceradas com os funcionários da prisão? Como são instituídas as regras de convivência, as trocas de favores, os atenuantes às infrações internas etc?
6. Como o sistema prisional responde às necessidades destas mães e crianças?
7. Quais as implicações do aprisionamento materno na vida dos filhos? Tais crianças são ou serão estigmatizadas pelo estatuto prisional de suas mães? Qual é a percepção das mães sobre isso?
8. Quais as possibilidades de manutenção de vínculos maternos, depois que as crianças saem do cárcere?

1.2. O problema do acesso: o caminho foi dispor de canais não-oficiais.

“(...) Qual é a cor do seu carro? ” - vermelho, respondi.

“Então precisamos refazer os planos.” E **Donna**¹⁴ me explica os motivos:

¹⁴ Todos os nomes apresentados são pseudônimos. Donna foi o nome escolhido por minha anfitriã para preservar o anonimato.

“(...) lá é área do ADA¹⁵, Bárbara. E lá, seu carro não vai entrar. Não é nada demais, mas é melhor irmos no meu, por uma questão de precaução. Olha, qualquer um pode entrar, mas por uma questão de prudência, eu não aconselharia...”

Sob as leis do tráfico¹⁶ do Rio de Janeiro, as pessoas que circulam nas áreas dominadas pelo tráfico conhecem as suas "leis". Dentre elas, as cores e ações que podem acionar “filiações” a uma determinada facção criminosa. O uso da cor vermelha, por exemplo, não é “recomendado” na Vila Vintém, uma comunidade subjugada por um “movimento”¹⁷ contrário ao Comando Vermelho (CV) – o Terceiro Comando (TC) – e destino da minha primeira incursão etnográfica. Assim, mantivemos o plano, mas com novas combinações: ao invés de encontrá-la diretamente na Vintém, em Padre Miguel, trocaríamos de carro em Bangu - onde ela mora - e seguiríamos de lá. **Donna**, minha cicerone, tem 44 anos, nasceu e foi criada em Padre Miguel. Morou na favela da Vila Vintém entre 1962 e 1975, quando se mudou com a família para o “Ponto Chic” – um conjunto habitacional popular situado no mesmo bairro. Ela, entretanto, jamais perdeu contato com a Vila, lugar onde passou *“momentos importantes da vida”*. Donna vai constantemente à favela: visita o pai, os parentes e os amigos que lá moram.

Seguimos no seu carro, um “Renault Clio” de cor verde metálico, escolhida especialmente para circular na Vila. No caminho ela me conta que transitar na favela não é nada simples: quem não é morador ou quem não tem destino certo, logo recebe sinais de que não é bem-vindo. A não ser que tenha sido convidado por um morador 'responsável'¹⁸. Esse não foi o nosso caso porque seu carro já é velho conhecido do “movimento” e Donna reafirma o que circula em certos bairros cariocas: para entrar de carro em áreas do TC convém piscar os faróis três vezes.

¹⁵ Amigos dos Amigos (ADA) é uma das três facções criminosas que dominam os pontos de venda de drogas no Estado do Rio de Janeiro. A facção surgiu nos presídios cariocas durante os anos 1990 e se aliou ao Terceiro Comando numa tentativa de diminuir o poderio do Comando Vermelho. Um dos seus principais líderes é Celso Luís Rodrigues, o Celsinho da Vila Vintém.

¹⁶ As leis do tráfico compreendem um repertório de restrições e proibições, tais como usar as cores identificadas com as facções “inimigas” (vermelho nas favelas subjugadas a grupos do Terceiro Comando e branco nas favelas dominadas por grupos do Comando Vermelho); pronunciar o número três (alusivo ao Terceiro Comando) nas favelas subjugadas pelo Comando Vermelho; circular para visitar amigos, namorados, familiares em favelas dominadas por facções distintas daquela em que se reside; assédio e abuso sexual, além de muitas outras.

¹⁷ Nome pelo qual o tráfico é reconhecido nas favelas cariocas.

¹⁸ No caso, e segundo Donna, ter responsabilidade significa que qualquer deslize do visitante ficará na conta do morador que o convidou.

Diz ela: “se piscarmos duas vezes, como normalmente fazemos, eles poderiam compreender como uma provocação porque duas vezes faz referência ao número 'dois', número do CV”. Essas são as regras verbalmente divulgadas e que fazem parte de um código de conduta já incorporado ao cotidiano de milhões de pessoas que vivem nas favelas e subúrbios do Estado do Rio, assim como aqueles que diariamente frequentam essas áreas. Sobre essas questões, Machado da Silva (2008) afirma que nas comunidades ocupadas pelas facções do tráfico de drogas se desenvolve um tipo específico de sociabilidade, a “sociabilidade violenta”¹⁹. Nessa modalidade de interação, grupos que estruturam suas relações com base na força se impõem a outros cerceando-lhes a mobilidade, a organização e a expressão. A força física, nesse caso, se torna o “princípio de coordenação das ações” e as formas de interação são vivenciadas, sobretudo, como técnicas de dominação de uns e de defesa dos outros. Nas últimas décadas, a parcela mais estável e poderosa dos traficantes, que têm sua base nas favelas e em outros territórios pobres, vem constituindo uma forma de vida autônoma, diferente daquela dos moradores comuns, e é responsável pela implantação de uma ordem social que submete os moradores à “sociabilidade violenta” (SILVA, 2008, p. 21), na qual não existem direitos garantidos nas interações face a face. A *sociabilidade violenta*, segundo o autor, isola os moradores, influencia o processo de socialização das novas gerações e enfraquece a sociabilidade local.

O carro de Donna foi parado, mas ao ser reconhecida, ela foi prontamente liberada. Adolescentes armados e utilizando rádios comunicadores informaram a nossa entrada. Tínhamos rua e lugar certo: dirigimo-nos à panificação do **Tinho**, ex-prespo político e *indivíduo querido* na comunidade. A ideia era conversar com **Carla** (34 anos), recém-saída do Talavera Bruce e mãe de três filhos. Tinho, *por convicções políticas*, mantém uma fábrica de pão na favela e emprega boa parte dos ex-detentos moradores da região, esclarece Donna que continua a apresentação:

[...] ele é um distribuidor de pão aqui na redondeza. Muita gente trabalha aqui com ele; muitas pessoas que foram internas aqui na favela e que querem sair da vida trabalham aqui com ele. Ele é ex-presidiário, mas foi preso político, né? Ele saiu com a anistia. Saiu junto com o Gabeira e muita gente famosa, ficou na Ilha Grande e passou por vários presídios. Daí ele retornou pra favela e não se envolveu mais com

¹⁹ Na sociabilidade violenta, as condutas dos sujeitos estranhos ao grupo - estruturado com base na força física - não se orientam de forma autônoma e orgânica porque sempre há a interdição da desconfiança e do medo de ser vitimado pelo arbítrio do mais forte.

nada. Ele nasceu na favela, gosta dali e vive ali dentro porque é de uma família antiga ali. É super conhecido. E é essa história que todo mundo conhece dele por aqui.

As histórias sobre o Tinho e seus contatos me chamaram atenção por pertencerem a uma rede que poderia facilitar o meu acesso às ex-detentas – cabe aqui ressaltar que nunca antes estudara esses grupos sociais. Embora a possibilidade se apresentasse, temi que essa estratégia produzisse uma lista de entrevistadas muito ampla. Talvez, se meu interesse apenas fosse a criminalidade feminina, essa aproximação provavelmente seria útil, mas exigiria um outro tempo e estudo mais amplo. O meu interesse naquela hora era ser apresentada à Carla que trabalhava na panificação, mas por sugestão da minha interlocutora, o momento não era adequado.

Durante a minha formação nas Ciências Sociais, a ideia de “distanciamento” como um conceito necessário para a compreensão dos mundos sociais, como condição para a análise antropológica foi muito enfatizada, solicitada inclusive (VELHO, 1978, p. 36). Todavia, esse exercício do distanciamento não é fácil de ser compreendido e muito menos de ser praticado, pois o que se pede é também a separação da reflexão em relação às demandas “imediatas” da vida. E como desejava compreender a lógica das coisas, fui levada – por alguns momentos - a querer viver as razões práticas dos atores que participavam do fenômeno que buscava conhecer e compreender. Por esse motivo, e desde o início, tentei dar conta de minhas simpatias, ou não, em relação ao fenômeno que desejava investigar; aliás, nunca foi tão difícil, tão necessário e tão desafiador colocar em suspensão minhas pré-noções e valores, doutos e primários, no momento completamente embaralhados, para tentar compreender o campo - mais particularmente os grupos que o constituem e que são o objeto desta tese -: as detentas grávidas e/ou as mães recentes e seus filhos que vivem no presídio Talavera Bruce.

Esse *distanciamento* pode ser necessário para o estudo de determinados dramas sociais. O trabalho de campo em áreas de risco, e em prisões particularmente, leva o pesquisador a uma proximidade tal que pode ser abarcado pelas tensões próprias desse espaço. Por conta disso, ele tende a criar obstáculos

para recuar e ter um olhar menos eivado por nossas subjetividades – condições fundamentais para a construção de um *conhecimento objetivo*²⁰. Cabe ressaltar, que o método etnográfico não se confunde e não pode ser reduzido a uma só técnica de investigação; utilizamos várias delas conforme as circunstâncias da pesquisa. Alba Zaluar (2009), por exemplo, ao recordar os seus estudos sobre a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, iniciados no começo dos anos de 1980, chama atenção para os limites das possibilidades de interação entre o antropólogo e seus sujeitos, impostos pela própria temática:

[...] desde o início nas minhas pesquisas usei a abordagem antropológica e os métodos que caracterizam o trabalho de campo etnográfico, quando comecei a estudar quadrilhas de traficantes, deparei-me com problemas éticos e práticos que desconhecia e me envolvi em outras formas de participação que não estavam na interação direta com os "nativos". Recolher material de campo que se baseia na possibilidade de adquiri-lo mediante a interação, o contato face a face, o olho no olho entre o "observador" e outro ser humano dotado de subjetividade — um dos sujeitos da pesquisa — tornava-se complicado, perigoso e cheio de surpresas. (ZALUAR, 2009, p.567)

Embora acostumada, desde meados dos anos de 1990, a frequentar áreas de conflito, me chamou atenção a pouca idade²¹ dos jovens que nos abordaram na Vila Vintém. Eram “*meninos*” ostensivamente armados num movimento intenso e nervoso. Fiquei apreensiva. A medida que entrávamos na rua e nos afastávamos da entrada da favela, os estabelecimentos comerciais e os aspectos das casas – a pintura das fachadas que me servia de referência - iam rareando; as biroscas, os becos e ruelas surgindo. Muitos becos. Eu não sabia mais onde eu estava. Não saberia retornar à entrada. Caminhamos mais um pouco, viramos não sei se à direita ou à esquerda e entramos na rua onde está localizada a panificação. Nas paredes próximas, sem pinturas, algumas inscrições se repetiam: “TC” e “Jesus”. Foi nesse momento que mais confiei em Donna. Ela era a minha entrada e saída do campo, e da favela.

A insegurança envolveu esse início do meu trabalho de campo. No artigo *Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais*, Alba Zaluar tece o seguinte comentário:

²⁰ MAUSS diz: “a objetividade científica só é possível se abstrairmos primeiro o nosso objeto imediato [...]. Toda objetividade, devidamente verificada, desmente o primeiro contato com o objeto” (1989, p. 07).

²¹ Sobre a menor idade e violência

Para quem estuda grupos à margem da lei, enfrentando a perseguição da polícia e da justiça, muitas armadilhas e perigos vão aparecer, a maior parte dos quais sem roteiro, sem expectativas já discutidas, sem um código claro de como se comportar para adquirir a confiança dos estudados sem ter que se tornar um criminoso como eles. Não há fórmulas para passar adiante. A arte de se relacionar e a criatividade em fazer as perguntas certas a pessoas certas não se aprende em textos acadêmicos, mas na experiência vivida, na atenção redobrada para "saber entrar" e "saber sair", expressões nativas corriqueiras, principalmente nas vizinhanças dominadas por traficantes. (ZALUAR, 2009, p. 567-568)

A leitura dessa passagem foi de importância considerável, pois compreendi que os obstáculos e os problemas encontrados no trabalho de campo não me eram exclusivos. Embora existam muitas reflexões sobre essa temática específica (ZALUAR, 1994; FOOTE-WHYTE, 1943²²), me deparei com uma questão crucial para a minha pesquisa: a difícil entrada no campo "de risco", o acesso restrito às dinâmicas do grupo e às redes de informantes. Como assinala a autora, as estratégias adotadas e o modo como elas são usadas determinam não apenas a maneira de realizar a pesquisa, mas também o tipo de investigação a ser produzida, tudo associado à posição e, portanto, ao lugar que assumimos no campo e, particularmente, nas pesquisas com grupos à margem da lei em contextos de violência, desvios e/ou ilegalidades. Cabe ressaltar que os problemas de acesso e de interação não são exclusivos desse tipo de investigação, eles estão presentes em muitas situações etnográficas, mas cada uma tem a sua especificidade (W. Foote-Whyte, *op.cit*). Já nos trabalhos de Alba Zaluar (1994; 2009), por exemplo, essa preocupação está de tal modo presente que todas as estratégias empregadas são por ela explicitadas para que possamos entender as circunstâncias em que obteve os dados da pesquisa e sua qualidade. No caso da minha pesquisa, a insegurança me obrigou a (re)pensar algumas estratégias para a sua viabilização. Em primeiro lugar, a mais evidente: estabelecer uma rede de interlocutores; e em seguida, garantir a minha entrada e permanência no campo, ou seja, no presídio Talavera Bruce.

A escolha do tema surgiu durante a pesquisa realizada para a minha dissertação de mestrado, quando tive a oportunidade quando tive a oportunidade de acompanhar o programa *Jovens-Mães em situação de risco social* desenvolvido pela

²² Refiro-me à primeira edição de *Street Corner Society*.

ONG Excola²³. O projeto desenvolvido por essa organização atendia jovens grávidas e/ou mães e seus bebês e objetivava o retorno delas à convivência familiar e comunitária, além da divulgação de métodos de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e a possibilidade de acesso a um trabalho remunerado. Durante essa pesquisa, realizada entre os anos de 2001 e 2003, conheci uma jovem que nascera no Presídio Feminino Talavera Bruce, em Bangu e, como confessado, *fora criada nas ruas*. Essa convivência no Ex-cola permitiu colher algumas histórias de vida que suscitaram questões – que ficaram guardadas – sobre o nascimento em presídios. Com a perspectiva de um aprofundamento do tema no doutorado e sem acesso a indivíduos institucionais que autorizassem a entrada na penitenciária para fins de pesquisa, regressei à ONG. Infelizmente não reencontrei a jovem mãe, mas meu retorno deflagrou uma rede de sujeitos significativos, interligados, e possibilitou o encontro com a minha principal interlocutora. Colaboradora da ONG, moradora de Realengo, nascida e criada na favela da Vila Vintém, funcionária administrativa do Complexo Penitenciário de Gericinó - antigo Complexo Penitenciário de Bangu -, Donna se apresentou como a porta de entrada no presídio e acesso às mães detentas. Um segundo movimento foi obter a autorização oficial para realizar a pesquisa no Talavera Bruce. Muitos foram os pedidos de autorização solicitados à Secretária de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP). Nesses documentos, eu explicitava os propósitos da pesquisa e o cronograma das "visitas", pois ao decidir pesquisar as detentas grávidas e as mães recentes, minha preocupação já seguia as sugestões de Howard Becker, apresentadas em *Estudos de praticantes de crimes e delitos*:

Quando se acredita que não se sabe nada e não se tem nenhum contato, o único método seguro de conseguir pelo menos algumas informações iniciais é entrevistar os desviantes que foram legalmente processados em consequência da detenção por ato de desviante. Isso geralmente significa entrevistar desviantes encarcerados, uma estratégia que tem muito a recomendá-la. Como primeira vantagem, provavelmente não existe nenhum meio mais rápido de acumular uma amostra grande. Nenhum outro lugar tem tantos desviantes cujo desvio é publicamente conhecido e que, portanto, poderiam falar com você quanto não. (BECKER, 1993, p. 156).

²³ O Centro de Estudos e Ação EXCOLA nasceu em 1989, numa ação direta de educadores com crianças e adolescentes que se encontravam em situação de rua no bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro.

Entretanto, nessa pesquisa, o contato com a SEAP – muito burocrático e lento - não produziu os resultados esperados²⁴. E por isso, a mediação de Donna foi essencial. Certamente sem sua ajuda, o trabalho seria ainda mais moroso, pois, muito querida e admirada, atuou como a informante privilegiada que abria caminhos e me apresentava a outros sujeitos desse universo carcerário. Donna foi o meu primeiro contato com essa situação social e com o Talavera Bruce. Por meio dela fui conhecendo internos, ex-internos, professores, diretores, agentes penitenciários, o pessoal técnico-administrativo do *sistema* e sua dinâmica.

O encantamento pelo tema me aprisionou, mas como iniciar a pesquisa e o que observar? Estas questões surgiram ainda em junho de 2005, nove meses antes de dar início ao doutoramento. Pesquisar no Presídio Feminino Talavera Bruce parecia ser uma escolha dada, entretanto, por não ter vínculos com instituições ligadas a atual Secretaria de Estado de Assuntos Penitenciário (SEAP) que pudessem justificar e garantir a minha presença no presídio, minha solicitação foi indeferida. Com uma base teórica ainda incipiente e pouca experiência etnográfica nessa área, como entrar no Talavera para iniciar a pesquisa? Donna, então, propôs me apresentar à Carla "para bater um papo", pois "ela é ex-interna, tem três filhos, conhece muitas internas e mora perto do meu pai. Sempre tive muito medo dela... pode te ajudar". Seguimos, assim, para a Vila Vintém. Já tinha realizado leituras acerca da criminalidade e de áreas de conflito (ZALUAR, 1994; MACHADO DA SILVA, 2008), ou seja, entrei na Vila com um olhar voltado para as questões do tráfico de drogas e das violências a ele ligadas. Encontramos Carla na panificação, onde trabalhava desde que saiu do Talavera Bruce. Por precaução decidimos conversar noutro lugar, em uma região mais neutra - o Ponto Chic, assim denominada por se tratar de conjunto habitacional situado próximo à entrada da favela: a "zona sul" da favela. Chegamos a uma rua quase que exclusivamente comercial: uma padaria, algumas lojas, vendedores de rua, armarinhos, mercearias e um templo da Igreja Universal do Reino de Deus. Na padaria iniciamos a conversa: Carla carregava o fardo de seus filhos terem sido adotados enquanto ela cumpria pena: "não me conformo! Mas vou pegar de volta!", afirmou. Presa por tráfico de drogas, ela não sabia ao certo o paradeiro de dois dos seus três filhos - que na

²⁴ A primeira autorização - e com restrições - foi concedida após 14 meses da data de solicitação em razão da mudança de direção.

época da entrevista tinham 3 anos, 5 e 11 anos²⁵ -, pois durante a detenção, não recebia visitas:

eles primeiro ficavam com a minha mãe, depois com uma amiga e depois perdi eles pra adoção. Só fiquei com um, o mais velho, que ficou com a minha mãe.

Condenada a cinco anos e meio, “tirou” três no Talavera Bruce por ser primária e sem antecedentes. Desde a adolescência, ela integrava uma organização criminosa – o Terceiro Comando -: “trabalhava”²⁶ e cuidava do seu próprio negócio. No “TC”, ela era “vapor”²⁷ e, às vezes, tinha que fazer a “endolação”²⁸. Disse que nunca “precisou matar”, mas roubou e “cometeu outros pequenos delitos”. Perguntada sobre o seu aprisionamento, respondeu rindo: “nunca fui presa. Essa foi a primeira vez que tirei licença”²⁹. Afirmou ainda que já tinha sido “levada” inúmeras vezes, mas nunca “ficou”, pois sempre teve “muita confiança com a polícia, mas que dessa vez deu mole”. E quanto aos seus filhos? Eles “não são filhos do mesmo pai. Cada um de um pai diferente” e alegou que teve que “deixar” as duas crianças “por um tempo” com uma pessoa que “considerava; era comadre e madrinha do meu filho”. Contudo,

essa pessoa colocou uma série de coisas sobre mim, se aproveitou da minha confiança e pediu a guarda dos meus filhos. Como eu não podia comparecer no juiz, porque tava presa, perdi a guarda e ela sumiu com meus filhos.

Os filhos nunca moraram com ela. Falar deles era difícil, ela preferia relatar o seu “trabalho” no tráfico, enfatizando sua coragem e os ganhos obtidos. Repentinamente, Carla demonstrou pressa, tinha que voltar à panificação. Combinamos um novo encontro. Na despedida, disse:

[...] se quiser melhorar e sair da vida tem o Tinho, mas se ganha pouco porque ele dá oportunidade pra muita gente aqui da área mesmo. Não só ex, mas muita gente daqui. Ele não paga muito e a gente trabalha muito, tipo às quatro horas a gente já tá trabalhando. [...] é difícil deixar o tráfico por qualquer trabalho que você vai ganhar

²⁵ Em junho de 2005.

²⁶ Na dissertação de mestrado *Vida e Trabalho de Adolescentes no Narcotráfico numa favela do Rio de Janeiro* (1998), Meirelles alerta para a relação que o tráfico de drogas estabelece com o mercado formal de trabalho.

²⁷ *Vapor*: aquele que vende a droga.

²⁸ *Endolar*: embalar a droga para a venda.

²⁹ *Licença*: Detida e condenada.

um salário por mês. No tráfico, você pode tirar mil por dia, me entende? Tem que ter muita vontade, muita.

Esse primeiro encontro revelou minhas inseguranças e medos, mas foi desafiador no sentido de criar uma estratégia para iniciar o trabalho de campo; teria que ser uma aproximação sutil e progressiva. A conversa com Carla apontou algumas pistas para entender os problemas enfrentados pelas mulheres-mães encarceradas e seus filhos. Julita Lemgruber em *Cemitérios dos vivos – análise sociológica de uma prisão de mulheres* (1983), e Bárbara Soares e Iara Ilgenfritz em *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades* (2002) assinalaram para questões semelhantes. Desse modo, os contatos com Donna e Carla foram determinantes para me situar no contexto prisional, indicando qual o meu lugar nas relações criadas no campo da pesquisa.

...

Em 1979, Julita Lemgruber e José Ricardo Ramalho já apontavam para os problemas enfrentados nas pesquisas realizadas em ambientes prisionais. O acesso não é uma tarefa simples, nem sempre a proximidade com os sujeitos encarcerados é suficiente, há que antes atravessar as barreiras impostas pela administração prisional:

O acesso a uma instituição como a que se propôs estudar pode apresentar uma série de problemas. Nos Estados Unidos, principalmente, onde se realiza grande número de estudos, que terminam por ser divulgados, o acesso é muitas vezes problemático. O temor de que as mazelas institucionais sejam expostas ao público faz com que as direções rejeitem propostas de estudos, ou só as autorizem se o pesquisador restringir sua investigação conforme os limites estabelecidos pela administração [...]. Em nosso país, o acesso à instituição não se reveste das mesmas características, porque o estudo de estabelecimentos correccionais, a partir de uma perspectiva sociológica, é praticamente inexistente. (LEMGRUBER, 1983, p.20)

Bárbara Soares e Iara Ilgenfritz no estudo sobre o sistema penitenciário do Rio de Janeiro afirmam que:

Abusos de poder e autoritarismo são a regra de comportamento de muitos dos agentes e chefias que controlam o Sistema internamente. *Todos os que precisam, ou desejam, ingressar nas unidades enfrentam atitudes como as que descrevemos, em menor ou maior grau.* As exceções são raras: quanto mais humanizado for o

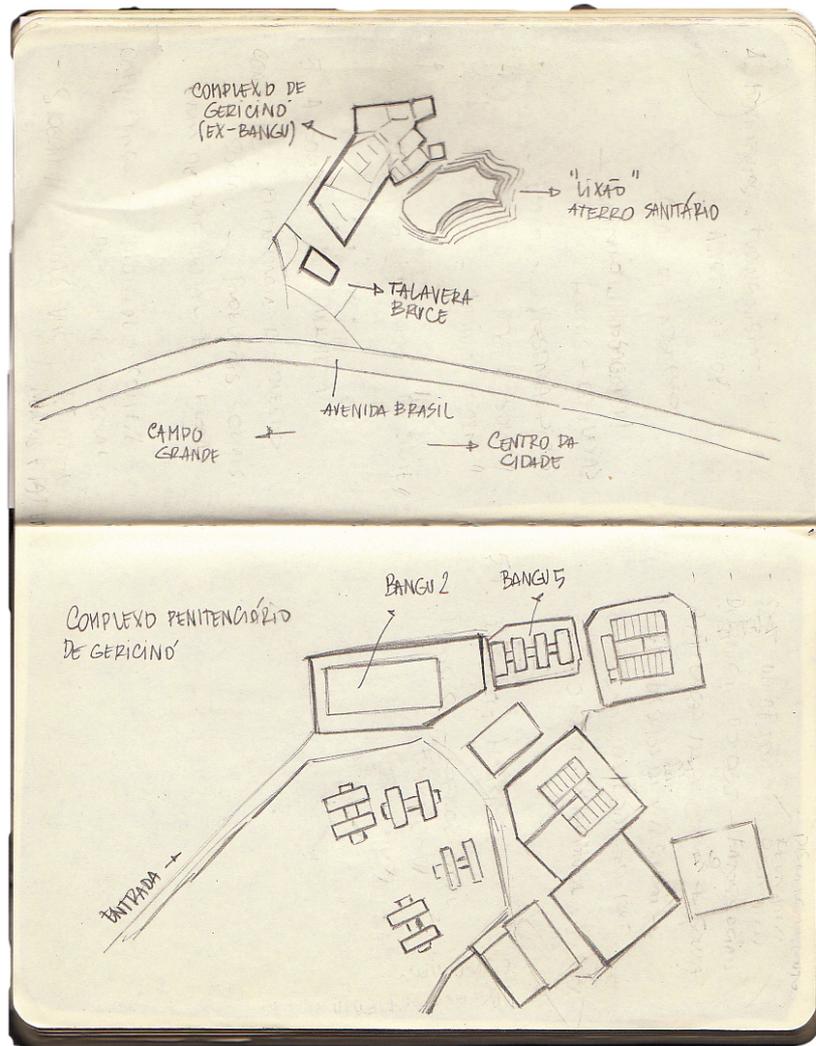
comportamento do servidor ou servidora, mais difícil será encontrá-lo (a) em posição de mando. (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p.15-19, grifo nosso)

Nessa pesquisa, inúmeras foram as tentativas para entrar oficialmente no Talavera Bruce: um empreendimento inacabado seja pelo rigor dos critérios para obter a autorização - como disse acima, a primeira solicitação foi indeferida -, seja por uma total falta de cooperação dos agentes institucionais. Assim, como Julita Lemgruber, o caminho foi buscar canais não-oficiais.

1.3. Piscadelas

Muitos foram os telefonemas para o diretor do presídio feminino Talavera Bruce, sem êxito. Insisti até obter uma visita autorizada, mas que foi cancelada. “Te apresento o diretor do dois e ele marca um encontro no Talavera pra você”, disse Donna quando comentei o ocorrido. O “dois” é a unidade prisional masculina Alfredo Tranjan. A realidade do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, segundo Ribeiro et al. (2006, pp. 105-106) apresenta uma peculiaridade: enquanto em todos os demais estados da federação, predominam apenas condenados por roubo, no estado do Rio a maior concentração é por tráfico de entorpecentes. O comércio varejista de drogas está estruturado em facções que são inimigas e disputam o controle dos espaços. Essa divisão em facções é um critério fundamental na distribuição de internos no sistema prisional, ou seja, as cadeias do complexo presidiário de Bangu, via de regra, agregam pessoas pertencentes à mesma facção para evitar o risco de violência entre elas. Sendo assim, o “dois”, isto é, “o Bangu II” é uma das unidades penais que recebe apenas do Terceiro Comando (TC).

Como combinado, encontrei Donna em sua casa e de lá seguimos para o Complexo de Gericinó, ex-Bangu, cuja entrada dá acesso a diversas unidades prisionais. O Complexo se localiza próximo à Vila Kennedy, um bairro de Bangu, que é atravessado pela Avenida Brasil.



1. Ilustração da localização do Complexo de Gericinó



2. Vista aérea do entorno do Complexo de Gericinó e do entorno da Penitenciária Talevera Bruca capturada no GoogleMaps.



2b. Vista aérea do entorno da Penitenciária Talevera Bruce capturada no GoogleMaps.

Chegamos ao Alfredo Tranjan na hora marcada. Era a primeira vez que eu entrava em um presídio. No trajeto, observei que placas de sinalização pública tinham a inscrição “FIQUE VIVO”. Nas favelas “dominadas pelo tráfico”, o território é todo demarcado com sinais diacríticos – “TC”, “ADA” e/ou “CV” -; no caminho para o complexo penitenciário, o Estado “ocupa” o território com placas, que para Donna, são “educativas”. Fiquei "viva" a tudo.



3. Placa de sinalização pública localizada na entrada da Penitenciária³⁰.

Em geral, a representação social³¹ dos presídios é que esses espaços de reclusão são lugares de segregação para recuperar o irrecuperável. No imaginário social, as

³⁰ Todas as fotografias e ilustrações são de autoria de Bárbara Copque, exceto figuras 2 e 2b, p.46-47.

³¹ Aqui, a noção de representação social é considerada como similar ao conceito de representação coletiva de Durkheim. Segundo o autor, as representações coletivas, por terem características de fato sociais, são exteriores ao indivíduo e exercem coerção sobre as consciências individuais (DURKHEIM, 1999, p. 79).

prisões são espaços disciplinares para aqueles que descumpriram as regras sociais, rompendo com os códigos morais ditados pela sociedade.

Ainda que minhas leituras anteriores à visita apontassem para o peso da representação social das prisões como, por exemplo, “oficinas do diabo” e lugares de concentração de criminosos irrecuperáveis e perigosos (COELHO, 1987), adotei uma postura que era um misto de tensão, medo, curiosidade disfarçada de indiferença, distanciamento e neutralidade. O Complexo Bangu é um presídio de segurança máxima, o lugar onde indivíduos de certa (ou muita) periculosidade ficam reclusos para cumprir pena. Só essa ideia já me assustava, ficar frente a frente com um deles, olhar nos olhos e, principalmente, ser observada por eles.

Muros altos e paredes acinzentadas. Para entrar no Alfredo Tranjan é necessário passar primeiro por uma porta azul de ferro e aguardar a solicitação de identificação. Nesse portão há pequena janela para inspeção. Donna me diz para esperar pois precisava “conferir” a equipe de plantão, saber se eram conhecidos. Ao sentar, junto a um grupo de mulheres e familiares dos presos que também aguardavam, Donna fala baixinho: “Levanta Bárbara! Levanta! Se ficar sentada, ele vai te deixar esperando. Vai pensar que você veio ver alguém.” Revisitei o modelo das “piscadelas” de Clifford Geertz:

Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 1978, p. 20).

No primeiro ensaio de *A Interpretação das Culturas*, C. Geertz diz que a análise cultural implica numa “descrição densa”. Semanticamente a densidade dessa descrição consiste em sua capacidade de diferenciar um reflexo insignificante ou um relance de olhos, por exemplo, de um recurso comunicativo conscientemente empregado, a piscadela. A “descrição densa”, dessa forma, permite a leitura do conteúdo simbólico da ação; permite a interpretação como signo. Assim como nas “piscadelas” mencionadas por C. Geertz, ao sentar no banco de espera me identificava como “familiar de preso”. Que categoria é essa? Qual é a sua importância? A resposta vem de Donna: “pra eles é tudo mulher de bandido. Tudo igual.” A prisão é, desse modo, percebida como o lugar da marginalidade, e essa

concepção se estende também à família dos detentos. A disciplina não somente atua sobre o corpo dos internos, mas igualmente no de seus familiares. A família (e eu), dessa forma, é inserida no jogo de poder das práticas prisionais, visto que precisa seguir as normas e imposições do sistema penal. Observa-se que os parentes de pessoas encarceradas também cumprem longas penas. Ali, naquele banco, a família ou pessoas queridas são punidas juntamente com o apenado.

Um funcionário abriu o portão. Na primeira portaria, passei pelo procedimento de “entrada”. Pediram uma “identificação” – que ficou retida -, indagaram se eu portava “algo como arma”, telefone celular e objetos de metal. Possuía um telefone celular, um gravador digital e um “palm top”³² que utilizava, entre outras funções, como uma máquina fotográfica. Entreguei minha bolsa. Em seguida solicitaram que eu me dirigisse ao detector de metais. Percebi duas portas que indicavam: “revista feminina” e “revista masculina”. Preparei-me para ser revistado, o que não aconteceu. Confesso que, se fiquei constrangida no episódio do “se ficar sentada”, senti, no momento da revista, indignação já que existem “dois pesos e duas medidas”, como diz o anedotário popular: Donna e eu não fomos revistadas porque ela conhecia a equipe de plantão, e o diretor nos aguardava. Situação oposta foi vivenciada por Barbara Soares e Lara Ilgenfritz:

Em diversas ocasiões, ainda na portaria, fomos tratados com descaso e descortesia, além de sermos forçados a esperar mais do que o necessário para poder entrar. Também éramos, reiteradamente, submetidos a ações impertinentes de identificação, posto que obviamente não se tratava de medida de segurança e controle de acesso indispensável em um presídio. O fato é que não havia a mínima consideração pelas autorizações que portávamos. Cada ida à unidade, deste modo, tornava-se um tormento, até descobriremos quem estava de plantão e quanto tempo se teria que gastar com os costumeiros aborrecimentos. (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p.15)

Chegamos ao segundo portão do “dois” e um outro agente penitenciário se certificou de que não portávamos objetos considerados de alguma periculosidade. Deparei-me com um imenso pátio e muros excessivamente altos. À direita, a diretoria, a classificação, a assistência social, a administração; à esquerda, a chefia de segurança e a inspetoria. O setor de inspetoria, segundo Donna, é o responsável pela permissão da entrada efetiva na cadeia:

³² Pequeno computador de mão.

[...] com permissão a gente entra na galeria quatro. À esquerda tem as galerias um, dois, três e outra lá sem número e a enfermaria, tem onde fica a psicologia e a disciplina. Depois vem as galerias de cinco até a dezoito, mas na um e dois ficam os internos de 213 e 214; na um, os que trabalham na unidade; na três, os que pedem “seguro de vida” pra direção; a galeria sem número é pra castigo; na quinze ficam os evangélicos; há a dos parlatórios e no espaço, tem a escola Alda Lins Freire.

213, o que isso significa? “É a sentença. Artigo 213 e 214 do código penal. Crimes ligados a abusos sexuais [...]”, respondeu.

1.4. Imagens Prisionais

1.4.1. Dom e contradom audiovisual

Fomos levadas à sala da direção. Agora um caminho sereno e asseado. Donna me apresentou ao diretor da unidade, que nos recebeu com desembaraço. Pareciam grandes amigos. As apresentações se estendiam aos outros funcionários presentes e aos que passavam pela sala. O constrangimento da “entrada” permanecia, mas a sagacidade de Donna me tranquilizava. Apresentei o meu projeto de pesquisa, fiz inúmeras perguntas e todas foram prontamente respondidas. Ao indagar sobre a possibilidade de fotografar as galerias, fui surpreendida: o diretor era fotógrafo amador. A fotografia norteou o rumo da conversa. Recebi de suas mãos álbuns fotográficos cuja temática era a unidade prisional que ele dirigia. Ao longo da conversa ele lembrou do pedido de um amigo para fotografar as tatuagens dos presos e me perguntou se estava equipada com uma máquina fotográfica. Mostrei o “palm top” com o qual comumente fotografava. A qualidade não era muito boa para grandes formatos, somente para pequenas impressões e projeções. Recebi a permissão para fotografar sem questionar, e fui invadida por medo e euforia. Os trabalhos de Etienne Samain sobre a fotografia francesa na segunda metade do século XIX, me inspiraram:

Para sustentar suas teses extremas (que matizará no final de sua vida), Lombroso recorre às práticas das mais diversas: exame de crânios (capacidade, circunferência, arcos, curvas); exame de cérebro e do coração (coração atrofiado; degenerescência gordurosa, insuficiência valvular) de homens ou mulheres criminosos; exame da sensibilidade física e exame psíquico do homem criminoso. A fotografia, pode-se imaginar, não devia escapar-lhe. Lombroso vai estudar os retratos de 26.886 criminosos e de 25.447 homens normais, fazendo acompanhar seu Homem Criminoso de um Atlas – parte talvez a mais importante, como diz – de 424 fotografias de criminosos, para concluir que existe um verdadeiro tipo sociobiológico do criminoso. Para tanto e diferentemente de Galton, Lombroso justapõe – nas suas pranchas – uma série de retratos individuais para, depois, definir (por sexo e nacionalidade), o tipo de assassino nato (masculino ou feminino), o tipo de mendigo nato, do louco nato, sempre em função de uma estranha similitude de traços externos.

Na carteira de identidade podia nascer Alphonse Bertillon (1853-1914), seu principal *metteur-en-scène*, esculpi-la-á sob os mais diversos ângulos, durante os mais de trinta anos que passará na Prefeitura de Polícia de Paris. O assunto merece outro debate: o da fotografia judiciária. (SAMAIN, 1993, p. 27-28).

O diretor convocou uma reunião com os internos no espaço da escola. Depois de certo tempo, começamos a incursão ao interior do presídio, na companhia do chefe de segurança. Pesadas portas de ferro se cerravam depois da nossa passagem, uma após a outra, o que me deixou com uma sensação angustiante de entrar em um labirinto. Alguns detentos, ou “internos”, como ouvi muitas vezes Donna se referir, circulavam, enquanto outros limpavam os corredores. Todos usavam uniformes verdes. Indaguei sobre as tatuagens e o diretor me explicou que

como padrão para todas as unidades prisionais, na entrada de presos na unidade sob a tutela do Estado, cabe ao chefe de serviço de classificação receber o preso, analisar os documentos que o acompanham e anotar informações corporais que possam indicar o detento na unidade, como cicatrizes, ausência de membros, tatuagens [...]

A biblioteca da escola foi o espaço indicado para a realização das fotografias. Lá dois detentos aguardavam: “melhor vir ao poucos”, um agente ordenou. Indaguei quantos seriam: “vou chamando!”. Donna informava os detentos sobre o objetivo daquela “ação”: “identificar aqueles que possuíam tatuagens [...]”. Dois deles recusaram, pois o termo “identificar” foi percebido como uma ação que poderia comprometê-los. Expliquei que as imagens eram para um trabalho da faculdade cujo objetivo era “entender” que tipo de tatuagem eles faziam no presídio. O anonimato seria garantido e não fotografaria rostos; cada foto seria discutida com eles. Se

"identificar" produziu uma tensão, uma reação à expressão de controle própria do ambiente prisional, "entender" remetia à compreensão do indivíduo aprisionado.

Fotografei quinze detentos.



4. Sandro de 24 anos.



5. Paulo, 28 anos.

Para Susan Sontag (1981), a fotografia não é o mero resultado do encontro entre um evento e o fotógrafo; fotografar é um acontecimento em si mesmo, com cada vez mais direito de interferir, invadir ou ignorar tudo que ocorre ao redor; participar desse acontecimento fotográfico estimulou toda uma especulação sobre a produção de imagens fotográficas no espaço prisional. Ainda que não pretenda analisar essas imagens, impossível descartá-las pois possuem um valor incomensurável para a compreensão do ethos prisional. Proponho, então, um percurso pelos seus “extraquadros” como sugerido por Arlindo Machado: “a imagem enquadrada no recorte aponta para a sua continuidade no extraquadro”, e os sentidos (medos e dilemas éticos) provocados pelo encontro fotográfico são os “extraquadros” apontados pelas imagens produzidas (1984, p. 84). No universo carcerário, a tatuagem, nos termos de Marina Albuquerque Silva (1991), constitui um código fechado que só é reconhecido pelos indivíduos que pertencem a esse universo da criminalidade. Se me aproximo da proposta de Sontag de que fotografar é “apropriar-se da coisa fotografada” em uma certa relação de poder, esse momento fotográfico, me causou desconforto pelo pressuposto da “subordinação”, dado que se tratava de prisioneiros convocados pelo diretor para serem submetidos a uma sessão de fotografias.

O “panóptico³³” de Jeremy Bentham e os “corpos dóceis” de Michel Foucault (2003, [1975]) conduziam o meu fotografar que, naquele instante, significava “invadir, vigiar e se expor”. Todavia, a fotografia possibilitou um diálogo. Para Hélio Silva e Claudia Milito há situações em que a única possibilidade de constituir uma interlocução reside na demonstração de certo desinteresse em obter as informações, pois

perguntar muito, demonstrar curiosidade, pode inviabilizar inteiramente a tarefa de campo. A curiosidade é traço que, infelizmente, os pesquisadores compartilham com policiais, alcaguetes e eventuais membros de redes rivais de controle (SILVA; MILITO, 1995, p.171).

Para me salvaguardar e estabelecer uma relação de confiança, propus que ao final de cada sessão mostraria as imagens e “deletaria” aquelas não autorizadas. Acredito que a câmera digital foi, na verdade, uma importante interlocutora dessa

³³ O panóptico (ótico=ver + pan=tudo) constitui um aparelho arquitetural, onde os detentos são vistos e vigiados, sem, no entanto, ver quem os vigia. A primeira prisão panóptica foi construída em 1800, nos EUA.

interação. Segundo Clarice Peixoto, “o ato de reproduzir a imagem do outro exige uma contrapartida” (2000, p. 82) e a doação das fotografias, seria o meu “contradom visual”³⁴. Este “contradom” – entendido como “deixa eu ver como ficou!” e “apaga essa!” - permitiu a compreensão da rede de relações, dilemas e conflitos dos internos.

Corpos à mostra. Braços, pernas, virilhas, peitos e costas. De “corpos dóceis” a indóceis. Esse “corpo dócil” de que fala Michel Foucault, indiscutivelmente classificado e identificado para a utilização coercitiva do poder é o mesmo corpo que Pierre Clastres (1988, p.125-126), em *A sociedade contra o Estado*, afirma mediatizar a aquisição de um saber; um corpo propício a conter “o sinal de um tempo, o traço de uma *passagem*, a determinação de um *destino*.” É o corpo transgressor, que resiste e institui novas regras dentro do confinamento. No interior da prisão, as tatuagens são as marcas de pertencimento que representam a confirmação de uma outra possibilidade de poder, ou seja, daqueles que possuem, produzem e reproduzem as cicatrizes que marcam o poder e o domínio. Um poder que se insurge e resiste dentro da prisão, que ameaça e afronta o poder da instituição e o poder do Estado. Nesses sinais corporais, acima fotografados, o que temos são as inscrições das modalidades dos crimes: “tatuagem na cadeia não é coisa simples, é coisa séria.” Segundo Sandro de 24 anos, condenado a 15 anos por assalto seguido de morte e “com sete anos cumpridos”, “a tatuagem é o espelho”. Indagado sobre o significado da sua tatuagem, revela: “fiz boladão”³⁵. Tenho seis. Um escorpião que é esperteza; uma pistola, que é 157³⁶ [...]”. Já Paulo, 28 anos, condenado a 24 anos e sete meses de reclusão por tráfico, receptação, homicídio e vício, já cumpriu seis anos e fez 27 tatuagens, dentre as quais pistolas, caveiras, caveiras cravadas com punhais e um cruzeiro; algumas são construídas a partir de pontos, que formam cruces e outras figuras. Explica-me: • é homicídio; :: uso de drogas e tráfico; ::: assalto, drogas, tráfico, homicídio, etc.

³⁴ Idem, 1995, p. 73

³⁵ Segundo o interno, “boladão” é uma gíria referente ao estado de quem está “bolado”, ou seja, pensativo, irritado, com raiva, ódio.

³⁶ 157 refere-se ao artigo 157 do Código Penal infringido: dolo no roubo e culpa na morte.

“Nunca vi tatuarem uma pistola!”, comentei. “E a cruz representa os cruzeiros instalados nos altos das favelas?”, perguntei receosa, sem saber se o cruzeiro é uma prática do “CV” ou do “TC”. A pistola representa assalto à mão armada com morte, e a caveira apunhalada significa homicídio de policiais. Mas a caveira também é o símbolo utilizado pelo BOPE³⁷, cujo significado é a "vitória sobre a morte e às adversidades". Nas diversas tatuagens feitas na prisão, esse jogo de "quem domina quem" eclode para além dos domínios múltiplos do “TC” e do “CV”.

Terminada a visita, perguntei se poderia voltar. O diretor sorriu. Pediu para não esquecer de repassar as imagens e disse: “vem!”. Agradecemos o contato com o Talavera Bruce.

1.4.2. Jesus está no comando!

- “Bárbara, hoje tem uma festa no “cinco”, quer ir? Lá encontraremos a diretora do Nelson Hungria.”
- “Que horas?”
- “Agora, vem correndo!”
- “Mas que festa é essa?”
- “Cristã, Bárbara [..]”

Como de costume, nos encontramos na sua casa. Donna mora em Realengo, é casada, tem três filhos, funcionária administrativa e cristã. Trabalha no “sistema³⁸” há sete anos. Frequentemente me apresentava pessoas que julgava serem importantes para a minha pesquisa, da mesma maneira que sugeria temas: “muitos agentes não

³⁷ Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

³⁸ Sistema Penal.

gostam dos professores, sabia? Por que você não estuda isso?!” Donna estava atenta a todas as oportunidades para “matar a minha curiosidade”. Assim que soube da festa no “Bangu V”, ela telefonou.

- “Que festa é essa, Donna? Não entendo. Há festas nos presídios?”
- “É um encontro cristão, Bárbara. Vários cristãos, de várias igrejas e de outras unidades aparecerão. Você precisa ver”.
- “Posso fotografar?”
- “Não, o ‘cinco’ é comando vermelho, viu Bárbara!”.

Novamente o cuidado com as falas, as cores para vestir, e os acessórios comumente utilizados: botei dois pingentes inspirados em divindades africanas.

No trajeto até “Bangu 5” não percebi nenhum movimento de “festa”. Nem na portaria. Como na primeira visita, a entrada foi tranquila. E assim como ocorreu no “Bangu 2”, passamos pelo detector de metais, mas não fomos revistadas. Seguimos para um pátio e fiquei impactada com a quantidade de pessoas presentes na festa: internos, familiares, convidados, pastores e pastoras de outras congregações. Uma sensação de insegurança: um número reduzido de agentes penitenciários no local: “os internos cristãos são mais calmos, Bárbara. Não tem problema. Depois, a segurança é feita pelo ‘comando’. A festa é do comando vermelho. Sabe quem está pagando as bebidas, o bolo e o lanche?!”, diz Donna.

A Igreja Batista, a Assembléia de Deus e, mais notadamente, a Igreja Universal do Reino de Deus entre outras, realizavam os cultos. Testemunhos de conversão, atuações teatrais, apresentação de corais e de grupos musicais valorizavam as expressões religiosas evangélica-pentecostais. A despeito da presença das religiões nas prisões, Regina Novaes comenta:

Sem dúvida, relacionar Religiões e Prisões é sempre polêmico. Às prisões cabe punir e criar condições para recuperar cidadãos. Às religiões cabe acolher, perdoar, redimir, converter para recuperar espíritos. Ao mitigar o sofrimento dos corpos, aportando curas e doações de bens materiais, acabam as religiões por desobrigar o poder público? Ao mitigar o sofrimento das almas, produzindo conversões, identidades e pertencimentos religiosos, tornam-se as religiões braços auxiliares dos governos promovendo “pacificação” e ordenamento do precário sistema penitenciário? Enfim, em sua constante busca de fiéis, as religiões nas prisões são apenas “funcionais” ao sistema? Ou, para além das “acomodações alienantes”, as religiões podem ser vias tanto para a humanização das relações quanto para a reinserção societária? As perguntas são antigas e quase universais. O que, então, há de novo na polêmica e no Brasil? (NOVAES, 2005, p.7)

Donna é cristã evangélica assim como o diretor do “dois” e o então diretor do Talavera Bruce. Era uma festa e muitas pessoas fotografavam. Donna prontamente foi buscar o meu “palm” na portaria. Fotografei sem parar, tentava entender o que acontecia, “quem era quem”: Fui sequestrada pela fotografia, como sugere Etienne Samain:

A fotografia é banal, modesta. Bela também porque intrigante e misteriosa. Se ela nos dá algo de concreto para ver, essa imagem, sobretudo, engaja nosso pensamento num complexo processo imaginário no qual se torna rapidamente difícil separar aquilo que deve ainda pertencer à realidade e aquilo que já se tornou sonho ou, simplesmente, ficção. A fotografia nos leva, *sequestra-nos*. Toda fotografia é uma viagem, melhor ainda: *um arrebatamento*. De impressão perceptiva que sempre é, ela se transfigura numa produção pessoal simbólica. (SAMAIN, 2003, p. 50, grifo nosso).



31



32



33



34



35



36



37



38



39



310



311



312



313



314



315



316



317



318

Para Etienne Samain (2010), há uma estrutura cognitiva e afetiva precedente em toda fotografia que excede e ultrapassa o mero “campo” material da imagem fotográfica e que está ligada a outras estruturas relacionais e comunicacionais externas a ela própria, ou seja, ao *operator* e ao observador. Para alcançar essas estruturas, o autor propõe uma dupla trajetória: a descoberta do lado maior da realidade - a dimensão óbvia do registro fotográfico e o modo menor da realidade - a dimensão obtusa, “esses pequenos detalhes aparentemente sem importância que, entretanto, trazem consigo um peso adicional de significações” (SAMAIN, 2010, p. 2). Segundo o autor, a expressão “modo menor da realidade”, formulada por Albert Piette (apud SAMAIN, 2010) constitui um campo de observação etnográfica. Os estudos de Samain e Piette estão alinhados com as idéias de Roland Barthes, quando este declara que “a fotografia fornece de imediato esses detalhes que constituem o próprio material do saber etnológico” (1980, p.52). Devido às suas particularidades - produzir sentidos, provocar no outro uma atitude interpretativa e, assim, promover diálogos -, a fotografia apresenta-se à etnografia como um valioso meio de incitar o discurso e analisar representações, sobretudo nos espaços onde encontramos limites, como no caso desta pesquisa em que o próprio ambiente prisional se impõe como um obstáculo. Mesmo fotografando “sem entender bem o que acontecia”, o processo de interpretação do sentido obtuso das imagens pode ser realizado num segundo momento, como “um pedaço de real para roer” (SARTRE apud SAMAIN, 2003, p.62). E esse foi o caso. Percorri as fotografias com Donna e desta forma, as imagens produzidas durante a “festa”, revelaram detalhes:



6. [...] repara a disciplina. O CV é militarizado. É o mais organizado. [...]



7. “[...] essas são as internas do Nelson Hungria.”
 “mas elas circulam por aqui? Pode isso?”
 “pode! São escoltadas. A diretora está aqui também [...]”



8. “[...] a da direita é a Dra X., Nelson Hungria e da esquerda é a Y., “cinco” (Bangu V).”



9. “[...] esse é um convidado. *Juiz de Direito*. Pastor-Juiz. Juiz-Pastor, sei lá [...]”



10. “[...] esse é o diretor do “CV”. Reparou como ele tomava conta da festa? [...]”



11. “[...] esses dois são os seguranças dele. [...]”



12. “cinco”. Muito amiga, mulher forte, respeitada [...]





13. “o pastor que é juiz, não sei qual é o nome.”
“Quem são? são os internos. Pastores daqui [...]”

Nessa primeira entrada no campo, procurei expandir a minha rede de interlocutores, observando atentamente esse universo - os detentos, os agentes penitenciários e os funcionários – mas, igualmente, o ambiente e a arquitetura prisional, procurando entender essa realidade que *ainda* me é exótica. Como disse Gilberto Velho, “A ‘realidade’ (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador [...]” (VELHO, 1987, p. 129). A interpretação nunca será imparcial ou neutra, uma vez que permeada pela subjetividade daquele que observa e fotografa. E segue: “existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e isso não constitui um defeito ou imperfeição.” (VELHO, 1987, p. 123).

Em suma, esses primeiros encontros possibilitaram uma reflexão sobre o universo mais amplo do contexto prisional. No interior do complexo (de Bangu), encontrei a creche e as mães do Talavera Bruce.